

EDITORIAL

Dizer que a história é feita de corpos parece uma platitude, assim como dizer que o que contamos como história é o que os sujeitos históricos situados constroem coletivamente a partir dos seus registros historiográficos. Mas a verdade é que o óbvio nem sempre está à vista e temos descoberto que não apenas muitos corpos desapareceram e foram obliterados pela ‘história’, como também foram desprovidos de sua condição de sujeito - histórico e epistêmico. E que estas duas condições informem uma política contestavelmente linear é o que também temos reiteradamente desvendado e denunciado no bojo de uma história feminista da filosofia, de uma epistemologia feminista e decolonial e de uma contestação das posições supostamente neutras e isentas do pensamento filosófico canônico.

Nada disso se faz, no entanto, com uma filosofia acadêmica fechada sobre si mesma. A necessidade da interdisciplinaridade se torna manifesta ao conjugar os dados e as leituras de historiadoras feministas à temporalidade das teorias filosóficas - ou os vieses antropológicos que ora informam e ora justificam teorias éticas e políticas de cunho colonialista, por exemplo. Ora, as obras filosóficas tornadas exemplares para nossas atividades não são frutos isolados de mentes brilhantes pensando sozinhas. Elas estão inscritas em seu tempo e podem muito bem contestar ou corroborar as políticas epistêmicas levadas, então, a cabo.

De fato, são leituras interdisciplinares que nos permitem hoje compreender a própria expressão de uma ‘política epistêmica’ sem que a demanda por uma justificação puramente epistemológica da epistemologia seja levantada imediatamente como objeção. Nós aprendemos isso com as epistemólogas feministas da história, da antropologia e, finalmente, da própria filosofia. E nós seguimos aprendendo isso com as epistemólogas e as filósofas decoloniais. Afinal, as políticas epistêmicas empreendidas com sucesso na modernidade são as mesmas que legitimaram o trânsito colonial e colonialista que continua servindo como pano de fundo ao imperialismo de ocasião do capitalismo neoliberal. São as mesmas que

legitimaram a outorga da autoridade epistêmica aos sujeitos masculinos brancos fazendo às vezes de ser humano universal. E são as mesmas que deslegitimaram a cognição dos corpos incapazes de cumprir com os critérios pretensamente imparciais de uma concepção específica e racionalidade.

Todos estes elementos estão presentes na obra de Silvia Federici e seguem nos ajudando a compreender não apenas a história e a construção historiográfica como a continuidade da política dos corpos, atualizada contemporaneamente por outras versões do capital e do colonialismo.

Silvia Federici é, portanto, o ponto de partida deste dossiê. O estudo da obra *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*, em seus desdobramentos teóricos complexos e metodologicamente plurais, nos permite uma abordagem inter e transdisciplinar levada a cabo com a consideração de textos no campo das humanidades - filosofia, história, antropologia e sociologia, dentre outros. A obra toca em algumas das temáticas axiais à análise do processo de produção e de reprodução da lógica e da política capitalista em nossas sociedades. Neste sentido, a exploração escravagista, as incursões colonizadoras, a questão da reprodução social e a caça às bruxas (de sua gênese aos refinados procedimentos inquisitoriais tardios) constituem facetas de um mesmo processo de acumulação que culmina na globalização, com sua roupagem neoliberal, mas sempre colonialista.

Em *Calibã e a Bruxa*, Federici argumenta que o capitalismo, para se perpetuar, requer um suprimento permanente de capital expropriado. Essa expropriação é vinculada ao trabalho não remunerado das mulheres, atrelado à reprodução de novos seres humanos que, por sua vez, atuarão nas engrenagens do sistema capitalista como sua força de trabalho. A apropriação do trabalho das mulheres e toda a violência institucionalizada - desde a possibilidade do estupro à prostituição - é apresentada por Federici como algo paralelo à escravidão e ao massacre das populações indígenas do continente americano.

Para pensar sobre estes variados aspectos da obra e suas intersecções interdisciplinares, convidamos filólogas brasileiras e chamamos interessadas em contribuir para o dossiê que a leitora tem, agora, em mãos.

Abrimos o dossiê com o texto da atual presidente da Anpof, Susana de Castro, no qual ela discute a relação entre feminismo e marxismo na obra de Silvia Federici, apontando para o fato de que a luta feminista também precisa ser anticapitalista. De Castro repassa os passos teóricos de Federici para chegar à compreensão do porquê Marx não considerou o trabalho doméstico como trabalho. Ela observa, igualmente, o quanto à crítica feminista ao marxismo é necessária e o quanto é necessário um feminismo que não sirva aos interesses do capital. Nesse sentido, as conexões entre capitalismo e a exploração do trabalho de cuidado e de reprodução das mulheres precisam ser evidenciadas a fim de que a luta anticapitalista esteja na pauta dos feminismos.

No segundo artigo, a doutora em Filosofia, Priscila Teixeira de Carvalho, aborda a temática das mulheres na luta de classes desde a assim chamada acumulação primitiva e aponta para o erro de pesquisadores e pesquisadoras em atribuir à acumulação primitiva a condição de possibilidade para o desenvolvimento do capitalismo sem considerar a política feminicida, a usurpação do controle reprodutivo das mulheres e o seu confinamento a um *trabalho-doméstico-não-remunerado*. Tal erro levou ao apagamento do papel das mulheres na história da luta de classes e ao ocultamento das engrenagens do patriarcado moderno, até os dias atuais. O caminho teórico de reconstrução do processo de constituição do sistema capitalista permitiu à Federici apontar as contribuições de teóricas materialistas não ortodoxas que, por sua vez, denunciavam toda a violência, usurpação e confinamento colocados em funcionamento. Nesse sentido, este artigo apresenta um resgate analítico do trabalho de Federici, mostrando que ele só foi possível mediante uma leitura feminista materialista histórica.

Vera Martins e Joel Felipe Guindani, ambos doutores em Comunicação, juntamente com Elibia Catarina Mainardi Bertoldo, das Relações Públicas, refletem sobre "*Os conjuros de Pierina*", uma produtora rural do sul do Brasil - no terceiro artigo do dossiê. Ao fazê-lo, promovem um diálogo entre Federici, a socióloga nigeriana Oyèronké Oyewùmí e a trabalhadora Pierina Lira. O trabalho, as violências, os desafios, desejos e estratégias de Pierina são apontados a partir de um documentário feito sobre ela.

Martins, Bertoldo e Guindani interessam-se, em especial, pelo ato de recusa dessa produtora rural em pronunciar o nome do seu *marido-opressor* durante as 8 horas de gravação, capturadas durante 12 dias de sua vida. O artigo faz uso da abordagem feminista proposta por Elisabeth Fiorenza - de uma hermenêutica da experiência - para reconhecer a perspectiva e as estratégias de resistência de Pierina, refletindo sobre elas à luz de Federici e Oyewùmí. Como resultado, é possível verificar tanto o sistema de opressão *capitalista-patriarcal*, que se sustenta em meio às tramas de desigualdades de ontem e hoje, quanto os 'conjuros de liberdade' de Pierina em meio a esse sistema, a exemplo do que fazem tantas outras mulheres.

Todos os outros artigos do dossiê costumam Silvia Federici e as temáticas de *Calibã e a Bruxa* com o trabalho de sociólogas, historiadoras e filósofas brasileiras - Heleieth Saffioti, Rita Laura Segato, Jeanne-Marie Gagnebin, Nise da Silveira, Lélia Gonzalez – colocando a corporeidade e as políticas dos corpos como pontos fulcrais de suas reflexões. Esperamos que este dossiê dê ensejo à continuidade desta necessária conversa interdisciplinar e ao amadurecimento de um pensamento decolonial informado por uma história da filosofia atenta às denúncias e propostas historiográficas e epistemológicas das filósofas feministas.

Editoras Convidadas

Ilze Zirbel

Janyne Sattler